

## **RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E A VIDEOCONFERÊNCIA**

---

**MASSAMI UYEDA**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Como assinalava Renato Czerna em suas magníficas aulas de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, estimulando seus alunos a meditarem sobre a instrumentalização da Justiça, na sugestiva imagem de que a Justiça Ideal, aquela só disponível para os deuses e semideuses do Olimpo, quando, deparando-se, e. g., com um abalroamento de biga e liteira, com danos materiais, a sempre vigilante *Themis*, a deusa da Justiça atiraria um dardo certo, à guisa de infalível *decisum*, restauraria a ordem jurídica quebrada, reporia as coisas em seus anteriores lugares e a paz e a concórdia social continuariam a reinar naqueles celestiais páramos. Já, ao contrário, aqui na Terra, os humanos, em pleno século XX (as aulas foram dadas em 1965), se ocorresse uma colisão de veículos, com danos materiais, sua reparação e a reposição das coisas ao *status quo ante*, caso não houvesse um prévio acordo indenizatório, a solução haveria de ser buscada por meio de uma ação judicial, mas, antes, antecedida da lavratura de um boletim de ocorrência policial, uma avaliação prévia, com o mínimo de três cotejos, depois, a busca do causídico e a propositura da *actio*. Neste momento, com a distribuição da ação judicial e após um trâmite exaustivo, se, com muita sorte, a resolução daquele incidente automobilístico demandaria considerável período de tempo, ante os percalços e as vicissitudes do processo e o infindável rol de recursos cabíveis.

Concluía o eminente mestre que o modelo ideal de Justiça, justamente por ser ideal, é inatingível, mas que, no tocante à Justiça real, do dia-a-dia, esta, de alguma maneira, haveria de ver reformuladas suas disposições processuais para que, dentro de um prazo razoável, as

demandas se solucionem, devolvendo a paz e a tranqüilidade sociais alteradas pelo conflito de interesses subjacente às lides.

Embora seja intuitivo que a solução dos conflitos em Juízo devam ser dirimidos em prazo razoável, sob pena de se consagrar a máxima popular de que Justiça tardia é injustiça, a despeito da promulgação de um novo Código de Processo Civil, em 1973, com a instituição de um procedimento sumaríssimo e, posteriormente, com as sucessivas minirreformas que se seguiram, de sorte a caracterizar um novo desenho de normas processuais, especialmente no tocante ao instituto do agravo de instrumento, sempre, e, mais recentemente, no tocante à execução da sentença, é de se assinalar que, no campo do processo penal, há, também, fatores que provocam o retardamento da aplicação da lei penal. Dentre estes fatores, a necessidade de se preservar o direito de ampla defesa exige que, no cumprimento de cartas precatórias, a presença do acusado seja necessária e para que se possa cumprir esta exigência, devido à necessidade de deslocamento do acusado preso da unidade prisional onde se encontra para comparecer ao Juízo processante, muitas vezes, em locais distantes entre si, faz com que as audiências sejam redesignadas pela impossibilidade de apresentação do acusado, em razão de falta de viatura, falta de escolta, atrasos no percurso etc.

A preocupação com a demora na prestação jurisdicional motivou o constituinte derivado a incluir na Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, o inciso LXXVIII, ao art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Esta preocupação com a celeridade do processo já havia sido pressentida pelo legislador paulista, tanto que, em 5 de janeiro de 1995, foi promulgada a Lei Estadual nº 11.819, que dispôs sobre a instituição do

sistema de videoconferência em audiências criminais e, em dezembro de 2005, o sistema foi, efetivamente, implantado no Judiciário Paulista, contando com a adesão da Procuradoria Geral de Justiça.

A implantação do sistema de videoconferência na área judicial tem gerado acesas controvérsias, tendo estas sido levadas ao Judiciário por meio de *habeas corpus*, objetivando não só ver reconhecida sua ilegalidade, como também sua própria constitucionalidade formal e material.

Argúe-se a inconstitucionalidade da lei estadual por vício de incompetência, aduzindo-se que só à União compete legislar sobre processo (art. 22, inciso I, CF) e não aos Estados-Membros. E que a implantação do sistema de vídeo transmissão de imagens ofende, a um só tempo, os princípios de ampla defesa, devido processo legal, contraditório, publicidade e igualdade, por desconsiderar-se a importância da presença física do réu para que o magistrado possa definir com exatidão e clareza o ser humano cuja conduta está sendo julgada. Afirma-se, mais, que o interrogatório faz parte do contraditório, podendo a acusação e a defesa nele interferirem, ou, ao menos, fiscalizarem, assinalando-se, inclusive, que a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) prevê o direito do acusado de defender-se pessoalmente.

Sustenta-se que a ilegalidade da videoconferência está configurada porque contraria o texto expresso da Lei Federal nº 10.792/03, que dispõe deva o acusado estar pessoalmente presente diante do Juiz Criminal que preside seu interrogatório (*ex vi* do art. 185, do CPP).

Além destes argumentos jurídicos, sustenta-se que a implantação do sistema de videoconferência é inconveniente, uma vez que não traz qualquer tipo de benefício para as partes e não melhoraria o desenrolar do processo, porque o reconhecimento por meio de imagens transmitidas equivaleria, na realidade, ao reconhecimento por fotografias,

o que deve ser recebido com reservas. E, como argumento derradeiro, assevera-se que o Estado não pode justificar a adoção de tal medida como mecanismo de compensação para prover a ineficiência da segurança pública, sendo despiciendo os argumentos de que sua adoção representaria economia para o erário.

De modo geral, os críticos da adoção do sistema de videoconferência lastreiam os argumentos em prol de sua tese nas arguições e fundamentos acima delineados.

Em nosso entendimento, respeitado o posicionamento em contrário, a adoção do sistema de videoconferência na esfera judicial é constitucional, legal e conveniente, pelos seguintes fundamentos.

Efetivamente, legislar sobre matéria processual é da competência exclusiva da União (*ut* art. 22, inciso I, CF). Contudo, na espécie, disciplinar a realização de atos processuais, entre os quais se inserem as audiências, seja de interrogatório, seja de instrução, seja de julgamento, refoge à competência para legislar sobre processo, uma vez que se trata de aspecto inerente ao procedimento, e a disciplina dos atos procedimentais compete aos Estados legislar (*ut* art. 24, inciso XI, CF).

Assim, não poderia o legislador estadual suprimir fases do processo, mas pode e deve, sim, proceder à modernização dos meios de realização dos atos processuais.

O debate que aqui se trava não se distancia daquele que se travou, na década de 20, do século passado, quando se introduziu o uso da máquina de escrever como sucedâneo da escrita de próprio punho para a instrumentalização e documentação das audiências, tornando mais ágeis e seguros seus termos e bem assim em relação ao uso da estenotipia, em audiências, mais recentemente.

Na atualidade, com os meios de comunicação *on line*, a adoção da videoconferência representa a adequada sintonia da justiça

com os anseios de modernidade, sem que, como se verá a seguir, sejam sacrificados direitos e garantias individuais.

Na doutrina do processo civil colhe-se o ensinamento de Sérgio Bermudes para quem

o processo é uma relação jurídica, consubstanciada numa série de atos, que se praticam do modo a que a lei determina. Esse modo é consequência lógica da finalidade do processo. À vista do objetivo do processo, os atos que o constituem se haverão de praticar de um ou de outro modo. Em outras palavras, o processo se desenvolve consoante um rito que, atentando na sua finalidade, a lei estabelece. O procedimento não é, então, o processo em si, mas, sim, o modo pelo qual o processo se desenvolve. Para tornar possível o adequado desempenho da função jurisdicional, o direito determina que o processo, instrumento por meio do qual a jurisdição atua, se realize de certo modo, com exclusão de outros modos possíveis de desenvolvimento. O modo de desenvolver-se o processo é que se denomina procedimento (*apud Direito processual civil: estudos e pareceres*, São Paulo: Saraiva, 1983, p. 5).

Se assim é, assinalando-se que a distinção entre processo e procedimento é, como afirmou Carnelutti, "tênue, para não dizer capilar", mas longe de se tornar imperceptível, não há falar-se em que a audiência realizada pelo sistema de videoconferência, com a observância de todos os postulados de defesa e do contraditório, não se enquadre como procedimento, que é a forma pela qual se exterioriza o ato processual. Ou seja, a forma de realização do ato é que se apresenta como decorrente da utilização de meios instantâneos de comunicação, preservada a essência do ato do processo.

A lobrigada inconstitucionalidade incorre, pois, na espécie. O tema aqui trazido para análise recai sobre a validade ou não do sistema da videoconferência, uma vez que o Código de Processo Penal nada fala especificamente sobre o tema, devendo, *in casu*, a resposta ser buscada no entendimento de nossos tribunais, mormente no tocante à nulidade do ato assim praticado.

Oportuno, *in casu*, observar que, embora não haja previsão expressa da possibilidade da teleaudiência no Código de Processo Penal, lei da década de 1940, o nosso ordenamento já prevê hipóteses de utilização do sistema, tanto no nível infralegal (como é o caso das resoluções e portarias de tribunais), quanto no nível legal. Exemplo desta última espécie é o Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004, que introduziu no Brasil a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo. O art. 18, § 18, e o art. 24, § 2º, alínea *b*, desse tratado instituem o uso de videoconferência, entre outras medidas destinadas à proteção de testemunhas e a facilitar a cooperação internacional para combate à criminalidade organizada. Observe-se que, embora se trate de norma de caráter internacional, após a aprovação congressual e a expedição do decreto presidencial, ocorre o fenômeno da integração normativa no plano doméstico, passando a norma convencional a valer como lei federal ordinária no Brasil. Assim, no campo internacional, o Estado brasileiro se obrigou a instituir legislação nacional que permita às testemunhas e peritos depor "*com recurso a meios técnicos de comunicação, como ligações de vídeo ou outros meios adequados*". Daí concluir-se que, para se desincumbir da obrigação que contraiu no plano externo, a União deverá legislar sobre a matéria, introduzindo o sistema de teleaudiência criminal no processo penal brasileiro, de modo a propiciar a inteira execução da Convenção de Palermo (cf. artigo sobre a videoconferência no processo penal, de autoria do Procurador da República do Paraná, Dr. Vladimir Aras, anotando-se que o artigo supra mencionado muito contribuiu para o desenvolvimento do presente estudo).

Deve ser anotado, por oportuno, que no campo das nulidades a regra prevalecente é de que nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

Nesse sentido, assim já se decidiu:

A disciplina normativa das nulidades no sistema jurídico brasileiro rege-se pelo princípio - segundo o qual - 'Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa' (CPP, art. 563). Este postulado básico - *pas de nullité sans grief* - tem por finalidade rejeitar o excesso de formalismo, desde que a eventual pretensão de determinada providência legal não tenha causado prejuízo para qualquer das partes. Jurisprudência (HC n° 7.3271-2, de São Paulo - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 4.10.96 - p. 37100).

PROCESSO PENAL - 'HABEAS CORPUS' - NULIDADE - INTERROGATÓRIO VIDEOCONFERÊNCIA - DEVIDO PROCESSO - LEGAL - PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - O interrogatório realizado por videoconferência, em tempo real, não viola o princípio do devido processo legal e seus consectários. Para que seja declarada nulidade do ato, mister a demonstração do prejuízo nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal - Ordem DENEGADA (HC n° 34020/SP - Rel. Min. Paulo Medina - Sexta Turma data do julgamento: 15.9.2005).

Não há se cogitar, na espécie, em inobservância de qualquer dos princípios constitucionais ao réu assegurados. O contraditório é respeitado, assinalando-se que há uma interação recíproca, sendo a diferença entre o acusado e o seu julgador meramente espacial. Há garantia de visão e audição perfeitas, assim como comunicação reservada entre o acusado e seu advogado. Ao réu é possível, pois, dialogar com o juiz e o seu defensor, tudo pode ser captado pelo sistema de videoconferência e, posteriormente, analisado pelo magistrado, o qual poderá até mesmo rever as declarações do acusado para melhor decidir.

Esclarecedoras ainda são as ponderações do Promotor Arual Martins (citado por Leandro Nalini, Presidente da Comissão de Informática da 33ª OAB/SP, no artigo "Com boa vontade - Visão provinciana impede a evolução da videoconferência" - Consultor Jurídico: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/37119,1>). Após participar de uma apresentação da nova tecnologia, afirmou que o aparelho é tão sofisticado, que é possível aproximar a imagem a uma distância mínima capaz de captar todos os detalhes do rosto do depoente, sendo possível um manuseio de câmera de 360 graus, monitorando todo o ambiente.

O princípio da publicidade é, *in casu*, reforçado ante o sistema de teleaudiência, tornando-se mais efetivo, uma vez que um número ainda maior de pessoas pode tomar conhecimento do processo, fortalecendo, ainda, o controle dos atos do Judiciário pela sociedade. Bons exemplos de como a sociedade pode participar dos atos do Poder Judiciário são a TV Justiça, do Supremo Tribunal Federal, e as TVs da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Vê-se, pois, que o formato de vídeo audiência assim adotado permite o bom desempenho de todos os atos e funções reclamados pelo réu, não se olvidando, ainda, de que a presença física do acusado perante o juiz para efeito de interrogatório não tem as características de uma formalidade *ad substantiam*, cuidando-se, tão-somente, da substituição de um procedimento por outro.

Muitos entendem que o sistema de interrogatório a distância vai de encontro aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa, porquanto defendem que o acusado deve *comparecer* pessoalmente (fisicamente) perante à autoridade judiciária, nos termos do art. 185, do Código de Processo Penal. Contudo, o verbo *comparecer* deve ser interpretado consoante a sistemática do Código Adjetivo, não havendo se falar que o julgador deva estar, necessariamente, no mesmo ambiente físico que o réu. O próprio Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, (Pacto de Nova Iorque), em seu art. 9º, § 3º, e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em seu artigo 7º, § 5º, prevêem o direito do réu de ser conduzido à presença do juiz natural. Ora, as referidas normas falam apenas em levar o detido à "presença do juiz", e a presença virtual, ao vivo, por meio de videoconferência, confere ao acusado as mesmas garantias que o comparecimento *in persona*, diante do magistrado (ut [www.infor-matica-juridica.com/trabajos/Tele-interrogatorio\\_no\\_Brasil.asp](http://www.infor-matica-juridica.com/trabajos/Tele-interrogatorio_no_Brasil.asp)).

Verifica-se, pois, que as formalidades processuais (*ex vi* dos arts. 185 a 196 do Código de Processo Penal) são efetivamente cumpridas



quando do uso da teleaudiência, respeitando-se, portanto, os direitos do acusado, na substância e na essência.

A 5ª Turma do Eg. Superior Tribunal de Justiça, recentemente, por unanimidade, no recurso ordinário em *Habeas Corpus* nº 15.558/SP, de 14 de setembro de 2004, decidiu que o uso de videoconferência em ação penal não acarreta cerceamento do direito de defesa, não havendo, portanto, nulidade a sanar. O eminente Ministro José Arnaldo da Fonseca acolheu o parecer da Subprocuradora-Geral do Ministério Público Federal, Lindora Maria Araújo, que assim asseverou:

A realização de audiência por videoconferência permite contato visual e em tempo real entre todas as partes envolvidas no processo: juiz da causa, acusado, defensor, órgão de acusação, vítimas e testemunhas. [...] A percepção cognitiva obtida no sistema de teleaudiência é a mesma auferida na forma usual de realização de audiência com a presença física das partes.

O artigo: Interrogatório *on line* e a ampla defesa, tendo como autora Ana Claudia da Silva Bezerra, assim redigido no *site* ARTIGOS JURÍDICOS" - [www. advogado.adv.br](http://www.advogado.adv.br) -, traz importante conclusão sobre o tema:

Vimos ao longo do presente artigo que as modificações ocorridas quanto ao interrogatório, na verdade ampliaram os direitos e as garantias do acusado, dentre elas: a) as partes poderão, desde que fundamentada, requerer novo interrogatório; b) antes da realização do interrogatório, o juiz assegurará o direito de entrevista reservada do acusado com seu defensor; c) presença obrigatória do defensor no interrogatório; d) após o interrogatório as partes (Defensor, Ministério Público e Querelante) poderão participar do mesmo formulando perguntas e dirigindo-as ao juiz, e este achando-as pertinentes e relevantes as fará ao acusado; e) o silêncio do acusado não poderá ter interpretação de confissão, etc. Tais modificações trazem de forma clara a ampliação a favor da defesa do acusado. A preocupação do legislador em garantir a máxima defesa ao acusado é notória, fazendo assim jus a um sistema processual penal que tem bases em um Estado Democrático de Direitos.

[...]

No momento da realização do interrogatório *on line*, todas as determinações legais são cumpridas, senão vejamos: existe a presença das partes (Defensores, Ministério Público ou Querelante) no referido ato; o magistrado fala que o réu não está obrigado a responder a nenhuma pergunta, mas que é o interrogatório o momento próprio para que o acusado exponha a sua verdade sobre a acusação; é feita a leitura da denúncia; são realizadas as perguntas em suas duas fases (sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos); as partes participam do interrogatório realizando perguntas, entre outros procedimentos.

Quando falamos de 'ampla defesa do acusado' devemos entendê-la como aquela em que o réu ou acusado tem assegurado a autodefesa, a defesa técnica, a defesa efetiva, a defesa por qualquer meio de prova, o direito de acompanhamento da prova produzida, de fazer a contraprova, de manter o silêncio e até mesmo de mentir durante o interrogatório, pois não há o crime de perjúrio no Brasil. Sabemos que o acusado não está obrigado a praticar nenhum ato que lhe desfavoreça, e que a falta de defesa gera nulidade absoluta. Portanto, o acusado pode valer-se de vários meios para elucidar, esclarecer os fatos a ele imputados.

Defesa ampla como corolário do devido processo legal serve de segurança jurídica dada ao acusado ou réu para que ele traga aos autos todos os elementos tendentes a esclarecer a verdade, podendo até valer-se do silêncio.

A realização do interrogatório *on line* não veta os procedimentos que a justiça deve assegurar quanto a ampla defesa do acusado, posto que todos os atos impostos por lei são observados pelos magistrados. A presença do acusado, do defensor, do magistrado e demais pessoas presentes no interrogatório *on line* é uma presença em tempo real. O juiz ouve e vê o acusado, sendo a recíproca verdadeira. Imagens e sons são transmitidos e recebidos reciprocamente, sem interferências ou falhas. A tecnologia é de 'ponta', considerada de alta qualidade e eficiência. Na verdade, a tecnologia utilizada no interrogatório *on line* só difere do interrogatório 'frente a frente' quanto ao espaço, ou seja, um é virtual o outro não. O fato do espaço ser virtual não traz prejuízos aos procedimentos a serem adotados e não tira do acusado a sua possibilidade de exercer a sua autodefesa, o seu silêncio, a sua ampla defesa.

Os Tribunais pátrios entendem que a videoconferência em nada afeta os direitos e garantias do preso, posição esta já encontrada no Superior Tribunal de Justiça.

A própria comunidade carcerária vem aceitando e acatando tal procedimento (interrogatório *on line*), afinal é um meio ágil e eficaz deles - presos - terem seu direito a liberdade em tempo, tendo a certeza que não correm o risco de pagarem além do que devem para sociedade.

Não resta dúvidas que a realização do interrogatório *on line* não fere a ampla defesa do acusado, posto que todos os seus direitos são observados e exercidos.

Para o processo penal o que importa é descobrir a realidade dos fatos.

Por força do princípio da verdade real, vigora no processo penal brasileiro a regra da liberdade de provas, ou seja, todos os meios probatórios, em princípio, são válidos para demonstrar a verdade real.

A prova existe para ajudar a formação do convencimento do juiz sobre a veracidade de uma afirmação de fato alegada pelas partes em juízo.

O interrogatório, como meio de prova, deve ser analisado em conjunto com as outras provas acostadas aos autos.

A aplicação da norma penal no infrator somente poderá ser efetivada se todos os esforços e meios legais tenham sido devidamente empregados, assim demonstrando a culpa do indivíduo.

Finalmente, o Direito é dinâmico e deve acompanhar os passos da sociedade. A descoberta da tecnologia em benefício da humanidade deve ser usada em todos os setores, como o é atualmente. Os aplicadores do direito devem ser reciclados em suas visões para que não parem no tempo e sirvam de verdadeiros monumentos de museus.

Portanto, se a videoconferência não elimina os direitos e garantias do preso, não há motivos para não realizá-la, ao contrário, segundo alguns juizes que tiveram a oportunidade de realizá-las opinaram por mantê-las, pois sentiram que poderiam levar ao réu, ao acusado uma Justiça mais célere."

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso LXXVIII, dispõe que "*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*". Assim sendo, bem de ver que a videoconferência

assegura ao acusado, com maior amplitude e celeridade, o acesso ao juiz natural. As cartas precatórias que tornam a instrução criminal mais morosa e, conseqüentemente, retardam a prestação jurisdicional, não serão mais necessárias. A oitiva de réu que está preso em outro Estado e que responde a outra ação penal em Estado diverso será facilitada, acelerando o andamento do feito, beneficiando o próprio réu, que terá uma resposta do Estado-Juiz com maior rapidez.

Não se deve olvidar, também, que o sistema de videoconferência trará importante economia ao dinheiro da sociedade, pois esta é a origem, em última análise, da fonte que abastece toda a estrutura para a apresentação de presos em fóruns para a realização de audiências. Vale mencionar que, segundo dados colhidos pelo Desembargador Francisco Vicente Rossi, do Tribunal de Justiça de São Paulo, no período de 1 a 15 de junho de 2003 foram realizadas 27.186 escoltas, 73.744 policiais militares e 23.240 viaturas policiais foram mobilizados, gerando um gasto de R\$ 4.572.961,94, dinheiro este que poderia ser melhor empregado em outros setores da Administração Pública.

Por derradeiro, não se pode deixar de mencionar o acontecimento recentemente ocorrido no Rio de Janeiro, em que dois policiais civis morreram durante tentativa de resgate de um preso, em frente ao fórum da Ilha do Governador (Zona Norte do Rio de Janeiro). Na fuga, dois acusados de tráfico de drogas foram mortos. A principal linha de investigação da polícia seria no sentido de que três pessoas teriam resgatado o traficante errado. Segundo a polícia, o objetivo era soltar Edmilson Ferreira dos Santos, 34, o "Sassa", que comanda a venda de drogas no Complexo da Maré. O grupo atacou o carro que levava outros sete presos para depor no mesmo horário. Outra versão é que eles queriam de fato libertar um desses sete presos, o traficante Marcélio de Souza Andrade, 29, que também tinha o apelido de "Sassa" e acabaria sendo morto na fuga (cf. a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça

de São Paulo - *Folha de S. Paulo Online* - Autora do cadastro: Helena Toshie Sato Yanase - data: 28/12/05).

Pelos fundamentos expostos, a adoção do sistema de videoconferência, de que trata a Lei Paulista nº 11.819/05 é, portanto, constitucional, legal e conveniente.